

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.820.980 - PR (2019/0171584-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : OI S.A  
**ADVOGADOS** : JOAQUIM MIRO - PR015181  
BRUNO DI MARINO - RJ093384  
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442  
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184  
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624  
LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402  
REBECCA IMENES VIEIRA - RJ210889  
**RECORRIDO** : ZAURI BORGES DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : GERSON LUIZ ARMILIATO - PR037626  
MARCO ANTONIO BARZOTTO - PR034922

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A., com fundamento nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 543-558, e-STJ):

APELAÇÃO CIVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. INTERESSE DE AGIR. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. COMPROVANTES DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS DEVIDAMENTE ATESTADOS NOS AUTOS. INAPLICABILIDADE DA SUMULA 389 CONFORME SUFICIENTE DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE NO PROCESSO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA BRASIL TELECOM S/A. NÃO CONFIGURADA. SUCESSORA DA TELEBRÁS EM DIREITOS E OBRIGAÇÕES. CONTRATO DE ADESÃO. DIREITO À SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS OPERADORAS INCORPORADAS PELA TELEPAR S/A. ENTENDIMENTO PACIFICADO NO SENTIDO DE APURAÇÃO PELO VALOR PATRIMONIAL COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. O VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO (VPA) DEVE SER APURADO COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. PAGAMENTO DE DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO, DENTRE OUTRAS VANTAGENS GERADAS PELA QUANTIDADE DE AÇÕES NÃO SUBSCRITAS. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. DESNECESSIDADE. INEXISTÊNCIA DE COMPLEXIDADE. MODIFICAÇÃO PARA LIQUIDAÇÃO POR SIMPLES CÁLCULOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 509, § 2º DO CPC/2015. APLICAÇÃO DO ARTIGO 400 DO CPC/2015 APENAS QUANTO AS ALEGAÇÕES, NÃO CABENDO PRESUNÇÃO DE VERACIDADE QUANTO AOS

VALORES APRESENTADOS. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO.  
RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração (fls. 561-588, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 593-601, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 604-662, e-STJ), a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação seguintes artigos:

(i) 1022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal local é omissos acerca dos seguintes pontos: a) ilegitimidade passiva da Brasil Telecom e Telepar; b) necessária observância dos grupamentos acionários; e c) critérios a serem empregados na conversão de ações em indenização; d) prescrição da pretensão autoral; e) ônus da prova necessária à comprovação da relação jurídica; f) aplicabilidade ao caso do art. 100, § 1º, da Lei 6404/1976 e Súmula 389/STJ;

(ii) 177 do CC/1916, pois em que a pretensão autoral estaria prescrita;

(iii) 100, § 1º, da Lei 6404/76, ao argumento de que a falta de pagamento da taxa de serviço pelo acionista para a obtenção dos documentos contratuais requeridos implica ausência de interesse recursal para o pedido de exibição de documentos;

(iv) 485, VI, do CPC/2015, já que é manifesta a ilegitimidade passiva da empresa não incorporada pela recorrente;

(v) 170, § 1º, da Lei 6404/76 e 884 e 886 do CC/2002, sob o fundamento de que os grupamentos acionários devem ser considerados para o cálculo das ações a serem subscritas;

(vi) 373, I, do CPC/2015, pois não há qualquer prova da relação jurídica acionária entre as partes;

(vii) 402 do CC/2002, ao fundamento de que o critério para a conversão das ações deve ser a data do trânsito em julgado;

(viii) 170, § 3º, da Lei 6404/76, já que as ações devem ser emitidas pelo preço do laudo de avaliação;

Contrarrazões às fls. 694, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Não mais subsiste razão para o processamento do presente agravo, uma vez que manifesta a superveniente perda de seu objeto.

1. Com efeito, no dia 21.02.2019, esta Corte Superior deu provimento ao Recurso Especial nº 1790901/PR, manejado pela ora recorrente em desfavor de decisão interlocutória proferida no curso da demanda entabulada entre as presentes partes.

Na oportunidade, reconheceu-se a ausência de interesse de agir da parte autora, em razão da inexistência de prévio o requerimento administrativo do documento cuja exibição é requerida, tampouco do pagamento de pagamento da taxa relativa a tal pedido, nos termos da Súmula 389/STJ.

Como consequência, determinou-se a extinção do feito, sem julgamento do mérito.

No ponto, relevante a menção aos seguintes trechos do referido *decisum*:

2. Aponta, ainda, a recorrente, violação ao artigo 100, § 1º, da Lei 6.404/76, sustentando falta de interesse de agir da parte recorrida, que não comprovou

o envio e recebimento de requerimento administrativo, acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva taxa, e que esses requisitos são exigidos a pedidos de exibição formulados sob qualquer rito, e não somente às ações cautelares.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 218-220, e-STJ):

**Não obstante a ausência de requerimento administrativo, há interesse de agir do Agravado, em razão da garantia assegurada de livre acesso ao Judiciário, prevista na Constituição Federal.** Vejamos os seguintes julgados desta Colenda Câmara:[...]

Com efeito, **não há falta de interesse de agir, o que afasta igualmente a aplicação da Súmula 389 do Superior Tribunal de Justiça, em virtude da posição jurisprudencial e por força da garantia assegurada na Constituição Federal de 1988.**

Contudo, a decisão de 1º Grau necessita de reforma, por hora, no que se refere ao rito determinado pelo Douto Juízo, vez que se deve aguardar a apresentação da contestação no prazo de 15 dias, nos termos dos artigos 297 e 396 do CPC, antes de ser determinada a aplicação do rito de exibição de documento, previsto nos artigos 355 e seguintes do Código de Processo Civil, podendo posteriormente aplicar, caso o pedido incidental de exibição não seja atendido, a cominação processual prevista no artigo 359 do Código de Processo Civil. [grifou-se]

Como se vê, na hipótese, o órgão julgador entendeu que "não obstante a ausência de requerimento administrativo, há interesse de agir do Agravado, em razão da garantia assegurada de livre acesso ao Judiciário, prevista na Constituição Federal (fl. 218, e-STJ), e afastou a aplicação da Súmula 389 do STJ (fl. 219, e-STJ).

A egrégia Segunda Seção desta Corte Superior, no entanto, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº. 982.133/RS (Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, DJe 22.09.2008), processado nos moldes do art. 543-C do CPC/73, firmou entendimento no sentido de que "falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não lograr demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76", entendimento consolidado no enunciado da Súmula 389/STJ.

(...)

Com efeito, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a Súmula 389/STJ é aplicável aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de telefonia com cláusula de participação financeira. Desse modo, o entendimento do Tribunal *a quo*, no ponto, ao considerar ser desnecessário o requerimento administrativo prévio e reconhecer o interesse de agir do autor destoa da jurisprudência desta Corte Superior sobre a matéria, merecendo prosperar a irresignação da recorrente.

**3. Do exposto, com fulcro no artigo 932 NCPC c/c a Súmula 568 do STJ, dou provimento ao recurso especial para reconhecer ausente o interesse de agir e julgar extinto o processo, sem exame do mérito.**

Ante o provimento recursal, invertidos os ônus sucumbenciais.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tal decisão transitou em julgado no dia 21 de março de 2019.

Nesse contexto, considerando-se o provimento jurisdicional acima disposto, resta prejudicada a apreciação do presente recurso especial, ante sua superveniente perda do objeto.

**3.** Do exposto, com fulcro no art. 34, inc. XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente recurso especial, ante a perda superveniente do seu objeto.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator